

## O discurso neoliberal no Ensino Médio: o Projeto de Vida e a construção do empreendedor de si

Adriège Matias Rodrigues\* e Ana Cláudia da Silva Rodrigues\*\*

### Resumo

Este artigo aborda o Projeto de Vida (PV), componente curricular que ganhou centralidade na Reforma do Ensino Médio. Com o objetivo de entender os efeitos do discurso neoliberal, do empreendedor de si, no componente curricular Projeto de Vida, neste artigo são analisadas as respectivas políticas de orientações curriculares – Lei nº 13.415/2017; BNCC (2018) e Diretrizes Operacionais da Paraíba (2024) – que apresentam os principais elementos para orientar as discussões em torno do PV nas escolas, além da entrevista realizada com jovens de João Pessoa – PB. Metodologicamente, operamos com a abordagem qualitativa e, para a análise dos achados, dialogamos a partir da Análise do Discurso com base em Foucault (1986). Evidenciamos que o componente curricular Projeto de Vida se caracteriza como um instrumento de poder do Estado que busca moldar e governar os/as estudantes, prescrevendo um perfil de sujeito para atender às demandas econômicas de uma política neoliberal que tem como alicerces a eficiência, o desempenho e a rentabilidade, além de promover a noção do indivíduo como empreendedor de si mesmo.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; reforma do Ensino Médio; Projeto de Vida.

### The neoliberal discourse in high school: the Life Project and the construction of the self-starter

### Abstract

This article discusses the Life Project (LP), a curricular component that has gained centrality in the High School Reform. In order to understand the effects of the neoliberal discourse of the self-made entrepreneur on the Life Project curricular component, this article analyzes the respective curricular guidance policies – Law 13.415/2017; BNCC (2018) and Paraíba Operational Guidelines (2024) - which present the main elements to guide discussions around the LP in schools, as well as the interview conducted with young people from João Pessoa – PB. Methodologically, we used a qualitative approach and, to analyze the findings, we used discourse analysis based on Foucault (1986). We found that the Life Project curriculum component is characterized as an instrument of state power that seeks to shape and govern students, prescribing a subject profile to meet the economic demands of a neoliberal policy that is based on efficiency, performance and profitability, as well as promoting the notion of the individual as an entrepreneur of him/herself.

**Keywords:** neoliberalism; New High School; Life Project.

### El discurso neoliberal en la enseñanza secundaria: el Proyecto de Vida y la construcción del empresario del yo

### Resumen

Este artículo discute el Proyecto de Vida (PV), componente curricular que ha ganado protagonismo en la Reforma de la Enseñanza Media. Para comprender los efectos del discurso neoliberal del emprendedor hecho a sí mismo en

\* Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1617-5580>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8016583991263120>. E-mail: [adriegerodrigues@gmail.com](mailto:adriegerodrigues@gmail.com).

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Adjunta na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6621-1861>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6240637144545401>. E-mail: [anaclaudia@ce.ufpb.br](mailto:anaclaudia@ce.ufpb.br).

el componente curricular Proyecto de Vida, este artículo analiza las respectivas directrices curriculares – Ley 13.415/2017; BNCC (2018) y Directrices Operativas de Paraíba (2024) – que presentan los principales elementos para orientar las discusiones sobre el Proyecto de Vida en las escuelas, así como la entrevista realizada a jóvenes de João Pessoa – PB. Metodológicamente, utilizamos un enfoque cualitativo y, para analizar los resultados, utilizamos el análisis del discurso basado en Foucault (1986). Encontramos que el componente curricular del Proyecto de Vida es caracterizado como un instrumento de poder estatal que busca moldear y gobernar a los alumnos, prescribiendo un perfil de sujeto para atender a las exigencias económicas de una política neoliberal basada en la eficiencia, el rendimiento y la rentabilidad, además de promover la noción del individuo como emprendedor.

**Palabras clave:** neoliberalismo; Nueva Escuela Secundaria; Proyecto de Vida.

## INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Médio, que alterou a LDB (Lei nº 9.394/96), tem repercutido de diversas formas. Críticas e debates foram sendo tecidos desde o início de sua discussão, em 2016, ao período de implementação e, recentemente, com as novas alterações.

A referida reforma foi instituída por medida provisória no governo do presidente Michel Temer, após o golpe jurídico-parlamentar (Martuscelli, 2020) que afastou a então presidenta Dilma Rousseff. A edição da MP 746/2016 gerou forte reação da comunidade educacional e foi alvo de diversos posicionamentos contrários de instituições educacionais – a citar: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da educação (Anfope) –, sindicatos e profissionais da educação. Mesmo nesse contexto conflituoso, e apesar dos diversos debates sobre os retrocessos que essa política poderia trazer para a educação brasileira, em 2017, após as alterações para conversão em lei, a Medida Provisória 746/2016 foi convertida na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). No intuito de efetivar os diferentes direcionamentos previstos como política para o Ensino Médio, tal reforma atravessou a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desconsiderou todas as discussões já realizadas sobre políticas educacionais para os/as jovens no Ensino Médio. Como exemplo das principais alterações, a Lei nº 13.415/2017 passa a prever o aumento da carga horária; a educação em tempo integral; a redução de carga horária de componentes curriculares, como geografia, física, história e sociologia; e a inserção de novos componentes curriculares e itinerários formativos para uma formação técnica e profissional.

A Lei nº 13.415/2017, a partir de sua promulgação, passou a ser uma normativa que direciona os currículos de todos os estados brasileiros. Na Paraíba, por exemplo, foram construídas diretrizes operacionais com base na Reforma do Ensino Médio. Inclusive, antes

mesmo de sua aprovação, o estado da Paraíba iniciou o processo de implementação em alguns municípios.

Nesse sentido, tanto a Lei nº 13.415/2017 quanto a BNCC apresentam muitas congruências, “sendo por vezes difícil estabelecer os limites de cada um[a]” (Macedo; Silva, 2022, p. 2). Contudo, de maneira geral, a BNCC passou a incluir alguns aspectos propostos pela Reforma do Ensino Médio. Destacamos entre elas as questões que envolvem os itinerários formativos e os eixos estruturantes. Além disso, “um segundo núcleo a ser escolhido pelos estudantes seria constituído por um ou mais dos cinco itinerários formativos ofertados pelas escolas” (Macedo; Silva, 2022, p. 4). Desses cinco itinerários, quatro são proporcionais às áreas da BNCC e um é ligado à formação técnica e profissional. Ainda no que se refere aos itinerários, a Portaria do MEC nº 1.432/2018 definiu que eles deveriam estar organizados nas escolas a partir da investigação científica; de processos criativos; da mediação e intervenção sociocultural; e do empreendedorismo, eixos esses que passaram a compor a BNCC.

Todavia, essa breve interligação entre a Reforma do Ensino Médio e a BNCC é para chegarmos ao nosso ponto de discussão deste texto, o componente curricular Projeto de Vida (PV), que, na Lei nº 13.415/2017, aparece no art. 3º, 7º parágrafo, que afirma: “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 2017). A discussão sobre o PV, contudo, não é aprofundada, sendo o termo mencionado apenas nesse trecho, sob a ideia de que os/as jovens do Ensino Médio, a partir das orientações da política, deverão construir seus projetos de vida durante o percurso dessa etapa da educação básica.

Nesse sentido, a proposta curricular que destaca a formação integral do aluno e a construção do PV não se resume à transmissão de conhecimentos neutros. Ao promover o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional, essas diretrizes funcionam como mecanismos de regulação que moldam subjetividades e comportamentos. Na prática, configuram sujeitos que internalizam a responsabilidade por suas trajetórias pessoais e profissionais, em sintonia com a lógica neoliberal, que valorizam a autogestão e a resiliência. O poder não se exerce simplesmente como um conjunto de proibições, mas como um sistema que organiza, regula e produz saberes, práticas e comportamentos (Foucault, 1979). Para o autor, há vários mecanismos que tentam controlar essa produção de discursos que é, “ao mesmo tempo,

controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm a função de conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2013, p. 9).

Já o PV, de acordo com a BNCC (2018), é abordado como uma competência a ser alcançada na educação básica, ao mesmo tempo que deve estimular o protagonismo dos/das estudantes em relação a sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida ao final do ciclo do Ensino Médio. Desse modo, a política reforça a necessidade de as escolas assegurarem aos/as estudantes uma formação que lhes possibilite a fazer “escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (Brasil, 2018).

Na BNCC, a temática PV é abordada de diferentes formas, em momentos dentro das competências gerais; outro na justificativa; em componentes curriculares específicos e em competências por áreas do conhecimento. Desse modo, não existe uma definição ou direcionamento dos aspectos teóricos-metodológicos nos documentos mencionados, o que fragiliza a discussão, pois a inclusão do tema na matriz curricular das escolas implica questões que perpassam a conceptualização de juventudes, de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, dentre outros que compõem a diversidade do nosso país. Essa ausência de aprofundamento teórico e de desdobramentos conceituais específicos abre margem para variadas formações discursivas (Foucault, 1986), a partir de distintas perspectivas e de diferentes influências sócio-históricas.

Além disso, essa noção de empreendedorismo se apresenta como uma formação discursiva compatível com a lógica neoliberal, permeando a Reforma do Ensino Médio e assumindo uma correlação de sentidos com o componente curricular PV. Nessa perspectiva, o empreendedorismo de si é apresentado como uma competência necessária, incentivando os estudantes a gerenciarem suas trajetórias pessoais e profissionais de formação de autonomia, internalizando a responsabilidade pelo próprio sucesso ou fracasso. As proposições apresentadas pela Lei nº 13.415/17 e pela BNCC evidenciam uma construção discursiva do empreendedor de si, ao reforçar a perspectiva de que os/as estudantes precisam construir um PV e que esse projeto precisa estar alinhado à lógica da produtividade do mundo do trabalho.

**Imagem 1** – Formação do discurso neoliberal no componente curricular PV



**Fonte:** elaborado pelas autoras (2024).

O discurso neoliberal enfatiza a responsabilidade individual e a capacidade de cada pessoa de se tornar um “empreendedor de si”, ou seja, alguém que assume o controle total de sua vida e de sua carreira, investindo em si mesmo para alcançar sucesso no mercado de trabalho (Dardot; Laval, 2016). Esse discurso está alinhado com a Reforma do Ensino Médio e o PV ao promover a ideia de que os/as estudantes devem ser proativos em sua educação e em seu desenvolvimento pessoal, buscando constantemente melhorar suas habilidades e competências para serem mais competitivos no mundo do trabalho.

Então, essa lógica de produtividade, fortemente influenciada pelo neoliberalismo, valoriza a eficiência, a inovação e a capacidade de adaptação dos indivíduos. Na educação, isso se traduz em um foco maior nas competências que são diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho, como habilidades técnicas, resolução de problemas e adaptabilidade. A Reforma do Ensino Médio e a BNCC, ao enfatizarem a flexibilidade curricular e o desenvolvimento de competências, refletem essa lógica, ao preparar os/as jovens para serem produtivos e bem-sucedidos no ambiente de trabalho contemporâneo.

Para Foucault (1986), essa prática de regular os comportamentos sociais tem se propagado e ganhado poder normativo, em processos e políticas de subjetivação. O que antes era tido como sujeitos de direitos passa a ser substituído pelos empreendedores de si. O discurso neoliberal incentiva os indivíduos a se verem como empresas, investindo em si mesmos para maximizar seu valor no mercado. Isso implica uma internalização das normas de mercado e uma autogestão contínua.

Diante disso, nosso objetivo é entender os efeitos do discurso neoliberal do empreendedor de si no componente curricular PV a partir da Reforma do Ensino Médio, ao passo

que pretendemos contribuir com o debate em torno dessa perspectiva atual que faz parte da nova conjuntura de educação, de forma ampla, e do Ensino Médio, de forma específica, de nosso país. Portanto, questionamos: quais os efeitos do discurso neoliberal do empreendedor de si na formação dos/das jovens articulados pelo componente curricular PV?

O *corpus* de análise foi constituído por documentos oficiais que estabelecem as políticas curriculares – a Lei nº 13.415/17, a BNCC e as Diretrizes Operacionais da Paraíba (2023, 2024) –, além de entrevistas realizadas com doze estudantes de escolas estaduais de João Pessoa – PB.

Os colaboradores da pesquisa foram doze estudantes, quatro de cada série do Ensino Médio, pertencentes à rede estadual e pública de ensino, da cidade de João Pessoa. A participação deu-se de forma voluntária. Como forma de nos comprometermos em manter o sigilo quanto à identidade dos/as colaboradores/as da pesquisa, atribuímos-lhes nomes fictícios no tratamento dos achados. Cabe ainda salientar que, dentre os/as entrevistados/as, selecionamos as narrativas de quatro jovens que nos chamaram atenção por trazerem elementos que vão além de suas compreensões sobre o componente curricular: eles também expressam suas opiniões e apresentam sugestões para a abordagem do PV nas escolas.

Ao nos debruçarmos sobre os textos políticos e as falas dos entrevistados, compreendemos, a partir de Foucault (1986), que os discursos não estão por trás de algo; “há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento” (Fischer, 2001, p. 191). Tem-se, portanto, a necessidade de análises mais profundas, levando-se em consideração os vários tipos de discursos, as suas condições de produção, entre outros aspectos. Portanto, neste trabalho, para análise dos achados, vamos dialogar a partir da Análise do Discurso de Foucault.

A perspectiva foucaultiana de análise do discurso é particularmente adequada para examinar como o discurso neoliberal molda práticas educacionais, como o componente Projeto de Vida, e como essas práticas contribuem para a construção do “empreendedor de si” no contexto da Reforma do Ensino Médio.

Nesse sentido, ao nos debruçarmos na perspectiva da governamentalidade, Foucault introduz o conceito para descrever como o poder neoliberal se manifesta na vida cotidiana. A governamentalidade neoliberal incentiva os indivíduos a se tornarem sujeitos

empreendedores, continuamente otimizando suas habilidades e ações para maximizar sua competitividade. O PV, no contexto da Reforma do Ensino Médio, pode ser interpretado como um dispositivo que integra essa lógica de governamentalidade. Ele encoraja os estudantes a se verem como responsáveis por seu próprio desenvolvimento, transformando-se em “produtos” geridos de maneira eficiente para atender às exigências do mercado.

Diante do exposto, na próxima seção deste artigo, serão debatidos alguns aspectos sobre a resignificação do PV pela Reforma do Ensino Médio, as novas facetas do neoliberalismo e como se apresenta no componente curricular PV. Na sequência, apresentamos os efeitos dos discursos neoliberais no componente curricular PV na Paraíba; em seguida, para elucidar nossa discussão, apresentamos a compreensão de jovens sobre o componente curricular PV; por fim, serão apresentadas algumas considerações finais, no intuito de refletir sobre outras questões que envolvem PV como componente curricular no Ensino Médio.

### **PROJETO DE VIDA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DA EMPREGABILIDADE AO EMPREENDEDORISMO DE SI**

Desde o ano de 2017, as políticas destinadas ao Ensino Médio no Brasil são atravessadas por direcionamentos de construção de um PV das juventudes. Em consonância com os princípios das reformas neoliberais que se dedicam no campo econômico e político em que estão inseridas, as políticas educacionais para essa etapa da educação básica passaram, ao longo do tempo, por transformações que lhes conferiram diferentes contornos. Neste tópico, daremos destaque à resignificação do componente curricular PV, sobre o qual, diante das políticas anteriores direcionadas ao Ensino Médio, tínhamos uma perspectiva de formação para a empregabilidade e atualmente, com a reforma curricular, temos um forte viés de formação do sujeito empreendedor de si mesmo.

Lopes (2019) aponta que a organização curricular de PV parece querer controlar o futuro dos/das jovens e nos leva a refletir que a antecipação do PV da juventude se dá sob um enfoque que pode apenas estar tentando antecipar decisões, ou ainda submeter experiências imprevistas a um dado projeto de futuro que não necessariamente faz sentido diante das singularidades juvenis. Lopes (2019) ressalta também que tal proposta está submetida aos anseios de grupos sociais que supõem saber dizer como o futuro dos/das jovens deve/pode ser.

As alterações no Ensino Médio brasileiro, que se deram inicialmente pela Medida Provisória 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), são, na visão de seus



propositores, o melhor caminho para se modificar e solucionar os problemas desta última etapa da educação básica. Contudo, vale ressaltar que esses propositores são representantes do setor empresarial (Falcão; Caldas; Barros, 2023), que subordinam a educação aos interesses do mercado, afinal, os embates iniciais que ocorreram em torno da proposta deram-se devido a esses interesses e à ausência de diálogos com a comunidade acadêmica ou com os profissionais da educação que estão atuando diretamente nesses espaços educacionais.

Esse grupo seguiu com a proposta de modificação do Ensino Médio sob os argumentos de que o atual cenário era problemático e que isso estava atrelado à falta de interesse dos/das jovens em cursar essa etapa da educação, caracterizada por um currículo “[...] excessivamente acadêmico e desconectado da realidade do mercado de trabalho” (Ferreira; Ramos, 2018, p. 1193). Por isso, os propositores sugerem que a escola esteja alinhada aos interesses dos/das jovens, “proporcionando uma Educação Integral, voltada aos projetos de vida, dando-lhes a possibilidade de escolher os caminhos a seguir” (Falcão; Caldas; Barros, 2023, p. 7). Esse direcionamento distancia-se da educação integral pensada a partir das DCNEM (Brasil, 2012), que propunham uma articulação entre trabalho, ciência e cultura, gestada para desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Nesse cenário, com as novas orientações curriculares, a composição curricular do Ensino Médio passa a ser organizada a partir da Lei nº 13.415/2017 e pela BNCC. Segundo a política da Reforma do Ensino Médio, possibilita-se aos/as jovens escolher o percurso formativo que mais se aproxime das suas aspirações, ou seja, que os ajude a pensar sobre seus planos futuros. Contudo, é importante ressaltar que, ao contrário dessa suposta liberdade conferida aos/às jovens, o que se tem é uma política fragmentária, que enfatiza cada vez mais a dualidade educacional vivenciada em nosso país e que, “[...] longe de assegurar a flexibilidade pretendida, confirma o *apartheid* social dos jovens pobres” (Lino, 2017, p. 83).

Percebe-se que a formação de capital humano é uma preocupação central na formação do Ensino Médio nas políticas educacionais brasileiras. Laval (2004) retomou estudos clássicos da Teoria do Capital Humano, por exemplo, aqueles desenvolvidos pelo economista americano Gary Backer na década de 1960, para afirmar que as desigualdades escolares não são o foco de preocupação dessa teoria. Essa abordagem defende que o percurso formativo é individual e deve ser trilhado de acordo com os recursos e vantagens sociais de que dispõem os indivíduos para investir na sua qualificação e produtividade. Outra característica marcante dessa teoria é a partilha de responsabilidades. O Estado não se coloca como único responsável pelo financiamento da



educação e conta com o apoio das famílias e das empresas. A oferta educacional é distribuída de acordo com as potencialidades pessoais dos/das estudantes. Aqueles que apresentam melhor desempenho acadêmico devem ter mais acesso aos estudos, pois terão mais chances de obter maiores rendimentos no curto prazo (Silva, 2023, p. 78).

Sendo assim, essas transformações apresentam-se como uma ressignificação sobre o papel do Estado na organização das políticas educacionais e na garantia de direitos sociais. Para Gonzalez (2023, p. 5), o papel do Estado passa “da defesa da intervenção na lógica do Estado de bem-estar social à lógica de um suposto livre mercado: o Estado mínimo neoliberal”.

Nesse cenário, a educação tem valor econômico, desde a formulação via teoria do capital humano, passando à noção de empregabilidade e culminando na defesa do empreendedorismo. Sendo assim, a teoria do capital humano se articula como eixo fundamental da matriz de racionalidade neoliberal.

A análise da concepção do Projeto de Vida (PV) na BNCC e na Lei nº 13.415/2017, que institui a Reforma do Ensino Médio, evidencia um alinhamento dessas políticas educacionais com uma visão de formação centrada no desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. Essa perspectiva é profundamente marcada por valores neoliberais e pela lógica do empreendedor de si, que orienta os estudantes a assumirem uma postura autogerida e responsável por seu próprio sucesso ou fracasso. No quadro a seguir, é apresentada a forma como o PV é abordado nessas diretrizes, evidenciando como as políticas dialogam com discursos de empregabilidade e mercado, muitas vezes em detrimento de uma formação cidadã mais ampla e crítica.

**Quadro 1 – Apresentação do Projeto de Vida na Lei nº 13.415/17 e na BNCCEM**

Lei nº 13.415/2017	BNCCEM
Art. 3º, 7º parágrafo: Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a <b>construção de seu projeto de vida</b> e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e	Competência Gerais da Educação Básica: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu <b>projeto de vida</b> , com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Justificativa: Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu <b>projeto de vida</b> . Ressaltando a importância da Educação Física: Nesse sentido, a área

socioemocionais.	contribui para formar sujeitos capazes de usufruir, produzir e transformar a cultura corporal de movimento, tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas sobre o papel das práticas corporais em seu <b>projeto de vida</b> e na sociedade. Competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu <b>projeto de vida</b> , com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Competência específica da BNCC: Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu <b>projeto de vida</b> , com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
------------------	--

**Fonte:** Rodrigues; Costa; Rodrigues (2024).

De acordo com Rodrigues, Costa e Rodrigues (2024, p. 8), “essa noção a respeito do Projeto de Vida aparece de forma implícita e superficial, uma vez que não há maiores desdobramentos a respeito da temática para além da articulação com termos como mundo do trabalho e exercício da cidadania”. A BNCC, aprovada em 2017, introduz o PV como um componente fundamental do currículo do Ensino Médio, atribuindo-lhe o papel de orientar os estudantes no planejamento de suas trajetórias futuras, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. No documento, o PV está relacionado ao desenvolvimento de competências que permitam ao estudante “tomar decisões conscientes” sobre seu futuro, alinhando suas escolhas educacionais às suas aspirações e às demandas do mercado de trabalho.

Já a Lei nº 13.415/2017, que reestruturou o Ensino Médio no Brasil, também consolidou o PV como um elemento central na formação dos estudantes, integrando-o à nova organização curricular por áreas de conhecimento e itinerários formativos. A Reforma introduziu uma maior flexibilidade curricular, permitindo que os alunos escolham itinerários de formação de acordo com seus interesses, o que reforça a necessidade de um PV claro e bem definido.

Afinal, o discurso em prol da empregabilidade e do empreendedorismo tem sido posicionado como referência para a oferta educacional no Ensino Médio. “É creditada à escola a tarefa de formar o capital humano necessário ao desenvolvimento econômico do país e, ao mesmo tempo, a responsabilidade sobre o fracasso da inserção dessa força de trabalho no setor produtivo” (Silva, 2023, p. 150). Essas questões se destacam no movimento de revogação do

Novo Ensino Médio, já que a função da escola deve incluir a formação cidadã, e não se limita à preparação para o mercado de trabalho.

Então, essa noção de empreendedorismo, associada ao PV a partir da Reforma do Ensino Médio é uma questão a ser observada com muita ênfase nos Referenciais Curriculares para a elaboração dos Itinerários Formativos (2019). Os referenciais curriculares sugerem que a construção do PV pode contribuir para o desenvolvimento de condutas empreendedoras, requeridas pelo mercado neoliberal, como, por exemplo, a autonomia, o foco, a resiliência e a determinação. O processo de empresariamento que se alastra em todos os âmbitos da sociedade tem contribuído para transformar o sujeito de direitos, o cidadão, no empreendedor. Esse indivíduo está focado no protagonismo individual e supervaloriza conhecimentos e capacidades que sejam valorizados pelo mercado e que o habilitem a empresariar a sua própria força de trabalho (Silva, 2023, p. 128).

Ao direcionar a construção do componente curricular PV pelos princípios de necessidade para adentrar no mercado de trabalho, com a forte ideia de empreendedorismo, a Reforma do Ensino Médio transforma essa categoria de empreender em um dispositivo pedagógico que se volta à formação do capital humano. Para Silva (2023, p. 130), “estamos vivendo um momento de atualização da formação de capital humano, que agora tem a precarização em todos os níveis como horizonte de suas ações, formando não apenas trabalhadores, mas empreendedores de si”.

A partir do nosso lócus de pesquisa, no tópico a seguir, apresentaremos as políticas direcionadas ao Ensino Médio do estado da Paraíba e as orientações para a atuação no componente curricular PV. Como observação inicial, nossa análise revelou que o PV é interpretado como um dispositivo que estimula a autorresponsabilidade dos estudantes em relação a aspectos de sua identidade pessoal e profissional.

## **PROJETO DE VIDA NA POLÍTICA EDUCACIONAL DA PARAÍBA**

Desde o ano de 2015, a oferta do Ensino Médio no Estado da Paraíba é dividido entre escolas em formato regular e de tempo integral, com um modelo de educação centrado no desenvolvimento do PV dos/das Estudantes, de modo que todas ações devem movimentar os três eixos formativos: Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida (Paraíba, 2020).

Atualmente, as Diretrizes Operacionais de 2023 e de 2024, publicadas pela

Secretaria de Educação do estado da Paraíba, têm por finalidade “orientar o alinhamento da organização do trabalho pedagógico e administrativo, considerando as demandas atuais locais e aquelas que têm permeado a educação brasileira” (Paraíba, 2024, p. 6). Essas diretrizes são destinadas a todas as escolas do estado.

No que se refere ao PV, a Paraíba dispõe do guia entregue às Escolas cidadãs Integrais (ECIs), organizado com fins de subsidiar as atividades docentes. Nele, os conteúdos de estudos do ensino médio são separados e, em cada ano, temáticas e formas de avaliação são apresentadas. Sendo assim, no 1º ano as aulas estão agrupadas de acordo com quatro grandes temáticas: identidade, valores, responsabilidade social e competências para o século XXI (Paraíba, 2023); já no 2º ano, as temáticas são: sonhar com o futuro, planejar o futuro, definir as ações e rever o PV (Paraíba, 2023). Cabe destacar ainda que, no modelo da Paraíba, o 3º ano é voltado para o pós-médio, que, conforme as diretrizes operacionais, tem por finalidade “orientar e aprofundar a sua preparação, a partir da área escolhida por ele, tanto na perspectiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como em outros itinerários” (Paraíba, 2023, p. 19).

Além disso, o guia de implementação do PV na Paraíba foi construído pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Um ator importante nesse processo de mudanças nas políticas do Estado, o instituto foi responsável por gerir a implantação da educação integral na Paraíba de 2015 a 2022. O modelo do ICE caracteriza-se como um modelo gerencialista de administração escolar, visto por muitos como o caminho de salvação para os problemas educacionais. Essas iniciativas tem como parceiros e mantenedores bancos e empresas privadas, que mobilizam o discurso de “melhorar” a qualidade do ensino público no país através das ações do ICE.

De acordo com o guia de implementação, a função do componente curricular PV é forjar um sujeito que seja resiliente, empreendedor e que seja responsável por suas escolhas, como é apontado na Figura 2:

## Figura 2 – O jovem e o seu Projeto de Vida para o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

### O jovem e o seu Projeto de Vida

Esse foco é nítido porque se assume uma sentença:

**Apenas um jovem que desenvolve uma visão do seu próprio futuro e é capaz de transformá-la em realidade reunirá as condições para atuar nas três dimensões da vida humana – pessoal, social e produtiva – dotado da capacidade de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) para fazer escolhas, atuando de maneira autônoma, solidária e competente sobre os contextos e desafios, limites e possibilidades advindos deste século.**

Na perspectiva dessa formação e na modelagem dessa concepção, tem-se claro que a Escola da Escolha:

- fundamenta-se em quatro princípios e se estrutura em duas bases claras: um modelo pedagógico eficaz e um modelo de gestão comprometido com resultados;
- dispõe de um conjunto de metodologias que operam esses princípios;
- aciona estratégias para viabilizar o desenvolvimento das metodologias;
- demanda instrumentos cuja aplicação avalia a sua efetividade.

Fonte: ICE (2017).

A análise desse guia sobre o PV nas ECIs da Paraíba revela um claro alinhamento com o processo de governamentalidade neoliberal e com a promoção do empreendedorismo de si no contexto educacional. Esses conceitos de Foucault ajudam a entender como as práticas pedagógicas adotadas nesse modelo reforçam uma lógica de responsabilização individual e autogestão da vida, promovendo a formação de sujeitos que se adequam às exigências do mercado e às expectativas neoliberais de competitividade, eficiência e adaptação.

Segundo demonstram as análises de Dardot e Laval (2016), há uma tentativa de introduzir dispositivos de mercado e estímulos mercantis, ou quase mercantis, em todos os domínios para conseguir que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores e protagonistas de suas escolhas. Afinal, “o novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ‘ganhar’, ser ‘bem-sucedido’” (Dardot; Laval, 2016, p. 352). A racionalidade neoliberal desperta essa ideia de desempenho como um dispositivo que leva os sujeitos a se conformarem com os padrões socialmente impostos, promovendo a concorrência generalizada e a fascinação pelo aprimoramento de si mesmo para ganhar destaque no mercado produtivo.

É importante ressaltar que a Paraíba dispõe de um material específico para trabalho com o Ensino Médio, de acordo com a Lei nº 13.415/2017. Esse documento é o guia do PV nas escolas, que aborda a necessidade de separar o que cada ano do Ensino Médio irá ver no componente curricular.

As novas Diretrizes Operacionais do estado (Paraíba, 2024) trazem uma discussão mais ampliada acerca do PV, porém reduzida à forma como deve ser organizada em cada ano escolar, reforçando que os/as estudantes precisam, como apontando nas orientações para o 3º ano, na disciplina de Pós-médio:

[...] refletir sobre seu propósito, sentido, sonhos, paixões, talentos, habilidades e necessidades. A partir dessa reflexão, os(as) jovens devem ser capazes de tomar decisões conscientes, levando em consideração sua trajetória ao longo da vida escolar, e revisitar o Plano de Ação do seu Projeto de Vida construído na 2ª série (Paraíba, 2024).

O que podemos observar é que os documentos do estado, no que se refere ao PV, apresentam perspectiva de enfoque na base técnica e profissional dos/das estudantes, uma busca por direcionar o campo de atuação profissional que cada um deseja, sem considerar os mecanismos, os meios e a própria conjuntura social, política e econômica a que esses/as estudantes pertencem, reforçando o atual contexto neoliberal conservador brasileiro, que toma esses/as estudantes como “empresários de si mesmos” (Foucault, 2008), capazes de exercer ações para potencializar seu capital humano a partir de um protagonismo e de uma responsabilização na escolha de seu percurso formativo. De acordo com Scotta (2022, p. 344):

[...] são pressupostos da governamentalidade neoliberal que funcionam como estratégias governamentais que agem na condução das condutas dos estudantes, orientando-os a [se] assumirem como sujeitos diligentes, determinados, flexíveis, capazes de tirar proveito de suas competências.

É importante salientar que essas questões que emergem desse cenário de empresariamento dos/das estudantes nas políticas do estado da Paraíba são frutos da Reforma do Ensino Médio, que dialoga com a perspectiva de conversão dos sujeitos nos aspectos morais, com uma proposta de educação que lhes “permitirá escolher” e, justamente em razão disso, podem ser responsabilizados pelas suas escolhas. Dessa forma, o estudante é encarregado da tarefa de definir as estratégias a serem seguidas para a valorização de seu capital humano, sob o risco constante de falhar, de ser incapaz de sobreviver na sociedade do risco.

Há nesse processo um modo de constituir um comportamento empreendedor responsável e resolutivo do indivíduo que não lhe permite questionar sobre os limites de seus investimentos em capital humano e sobre o quanto outras variáveis também determinarão seu futuro. Ao se lançar no mundo competitivo do trabalho, em caso de fracasso, esse indivíduo da racionalidade neoliberal

não vai culpar o Estado ou as ‘contradições’ do capitalismo, mas sim a sua própria falta de habilidades de autogestão (Scotta, 2022, p. 355).

Brown (2018) sublinha que, se tomarmos essa responsabilização sob a ótica da nação, veremos que esse indivíduo se coloca como um cidadão que não reivindica proteção contra recessões diminuidoras de postos de trabalhos, crises de crédito e apetites do capitalismo por terceirização. Ele também aceita a intensificação das desigualdades no neoliberalismo como básicas para a saúde do capitalismo – o que engloba os salários abaixo da linha da pobreza de muitos e o acesso reduzido dos pobres e da classe média a bens anteriormente públicos e agora privatizados. A culpabilização diante do desemprego, por exemplo, recairá integralmente sobre o indivíduo, e não sobre o sistema neoliberal. Não cabe a ele indagar sobre o recuo do Estado e a precarização a que passa a ser cada vez mais submetido, mas sim lançar-se, “de corpo e alma”, no jogo concorrencial do mercado.

#### **“NOSSA MENTE MUDA”: PROJETO DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DA AUTORRESPONSIBILIZAÇÃO**

Assiste-se, hoje, a uma radicalização do processo de responsabilização dos indivíduos e uma exposição ainda maior à precarização. Essa radicalização encontra ancoragem na atual face conservadora do neoliberalismo, que se intensificou a partir de meados da década passada, com a aprovação do Brexit, na Inglaterra, e com a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, bem como a ascensão de governos e partidos de extrema-direita em vários países da Europa (Scotta, 2022).

Com isso, a própria ideia de construção do capital humano passa a ser ressignificada. Com o Estado organizando e gerindo “serviços mínimos” para a população e adotando políticas de austeridade, como as reformas da previdência e trabalhista, realizadas nos últimos anos no Brasil, não se trata, apenas, de escolhas (educacionais, de saúde, pessoais etc.) deliberadas que os indivíduos têm de realizar para valorizarem a si mesmos e adentrarem no jogo competitivo do mercado, mas também de uma capacidade de gerenciamento da vida diante da precarização a que a sociedade está cada vez mais submetida.

Ainda que o modelo de assalariado “clássico” continue a ser hegemônico, um novo formato, o do trabalhador flexível e que não se beneficia de proteções sociais e jurídicas, tem irrompido com acentuada rapidez no cenário global. Qualificado com diversas expressões, como uberização ou capitalismo de plataforma, esse fenômeno está vinculado a novas formas



de trabalho precário ou quase gratuito. Considerando que só há fracassos individuais e não causas sociais para tal, cabe ao indivíduo “jogar o jogo do empresário de si” e “aceitar voluntariamente” a condição de precarizado (Dardot, 2016).

Nesse escopo, o Estado deixa de garantir a proteção e os direitos sociais e encaminha os/as jovens ao desemprego a longo prazo, à pauperização e ao sofrimento psíquico, ocasionados em razão da própria organização do sistema neoliberal, que parece necessitar, cada vez mais, de uma reserva de inúteis ou redundantes que garante a vitalidade do sistema e o jogo das normalizações (Silva, 2022).

Na definição de Brown (2018), o neoliberalismo em sua fase atual:

[...] busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada da qual participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo processo neoliberal de delegação do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e desmantela aquela clássica solidariedade, própria do século XX, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital (Brown, 2018, p. 7-8).

Para Macedo e Silva (2022, p. 8), o neoliberalismo se apresenta como uma “iteração da racionalidade política neoliberal, em que governos, sujeitos e subjetividades do liberalismo clássico são remodelados, com os princípios de mercado aplicados às diferentes instâncias do social”. No entanto, existe outro lado, no qual o Estado e sujeitos passam a ser constituídos por uma lógica que se baseia no modelo de negócios; ao mesmo tempo, os mercados não são autossuficientes. Sendo assim, o Estado precisa ser reformado para servi-lo. Na Reforma do Ensino Médio, podemos destacar a discussão do empreendedorismo de si mesmo, no componente curricular PV, que produz uma nova forma de subjetividade.

A ideia do sujeito como “empreendedor de si mesmo”, responsável pelos seus fracassos e sucessos, e independente de “benefícios” sociais, fortalece o conceito de Capital Humano. Ao transformar os sujeitos em capital humano, o neoliberalismo acaba naturalizando as desigualdades, com isso, normalizando-as. Ao mesmo tempo que o neoliberalismo promete a possibilidade de autonomia e liberdade, tais sentidos são limitados a determinadas ordens, que minam, entre outros bens públicos, benefícios sociais (Macedo; Silva, 2022, p. 8).

Nesse sentido, a própria liberdade estaria subsumida na genérica ideia de empreendedorismo. É sob essa perspectiva que tem sido o processo de atuação do ICE, ao direcionar como deve ser trabalhado PV nas escolas, pois possui uma articulação em rede, com diferentes escalas e que se materializam nos cotidianos escolares. Carvalho e Rodrigues (2019, p. 4264) afirmam que essa atuação do Instituto “começa, então, com as orientações mundiais para a escola no ‘mundo periférico’, passando pelas ações de transformação em Políticas Públicas de Estado (nacional ou subnacional) e atuando diretamente na escola, interferindo no seu cotidiano”. Dentro de um contexto de fragilidades no ensino médio do nosso país, com as indefinições e ausências de políticas públicas que considerem essa etapa da educação básica, surge a ideia do modelo gerencialista de administração escolar como caminho de salvação; neste caso, a atuação direta do ICE no chão das escolas.

Destarte, compreendemos, assim como Ball (1994), que a política está permeada de relações de poder e é um campo de possibilidades. Esse poder, para o autor, não ocorre de maneira linear, muito menos de cima para baixo, mas de forma relacional e situada. Além disso, a discussão sobre política é permeada pelo discurso e por seus atores e está direcionada a como vão agir em circunstâncias particulares. Esse processo de organização das políticas acarreta nessa grande relação de poder que está implicada não só na educação de adolescentes e de crianças, mas também na da própria sociedade, que se origina dessa educação. Portanto, temos grupos econômicos que disseminam o discurso de melhoria na educação, como aponta Giroto (2017, p. 436):

[...] o discurso sobre o que deve ser a educação pública no país, pensado em seus conteúdos, práticas e formas de gestão. Daí a retórica presente no site do Banco Mundial, do Todos pela Educação e da Fundação Lehman que, dizendo-se profundamente preocupados com o futuro da educação pública no país, querem, de fato, garantir o avanço do capital sobre esta nova fronteira de valorização.

Conduzido por essas referidas noções, o PV passa a acionar técnicas de governo, o que para Foucault (2008) se configura como a ideia do empresário de si mesmo. Ele se coloca no mercado como uma unidade-empresa, em competição direta com outros indivíduos-empresas, constituindo uma sociedade puramente empresarial, em que todos são vistos como competidores disputando as melhores colocações no mercado, em concorrência direta uns com os outros: não há vínculo de solidariedade possível. Esses pontos se evidenciam quando os sujeitos são condicionados a fazer suas próprias escolhas e a se colocar no centro do próprio planejamento. A partir desse ponto, busca-se a construção de uma trajetória produtiva por meio do estabelecimento e monitoramento de metas que visem melhorar o desempenho. Além disso, espera-se que esses indivíduos estejam em constante adaptação para adquirir novas habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho. Atingir níveis de autoconfiança, automotivação e eficácia é visto como essencial dentro da lógica neoliberal; do contrário, são rotulados como irresponsáveis, frágeis e vulneráveis. Por isso, consideramos que, ao priorizar componentes curriculares como PV,

a Reforma do Ensino Médio intensificou o processo de formação de capital humano flexível. Não é que esse modelo educacional não existisse antes, mas com a reforma foi intensificado, passando a adaptar os sujeitos formados nessa etapa da educação básica à precarização da vida e do trabalho, que marcam o cenário político, social e econômico da atualidade. Então, mesmo que as reformas curriculares anteriores já estivessem, em alguma medida, orientadas por essas noções de capital humano e de articulação com a formação para o empreendedorismo, os discursos da atual reforma resultaram não apenas na intenção de formar sujeitos para o trabalho flexível, mas, sobretudo, de formar empresários de si mesmos, que se autorregulam diante dos ditames do capitalismo contemporâneo. (Silva, 2023, p. 155).

Promover o discurso do empreendedorismo de si implica a expansão neoliberal. Corroboramos com as análises de Dardot e Laval (2016) de que há uma introdução dos dispositivos de mercado e estímulos mercantis, ou quase mercantis, em todos os domínios para conseguir que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, protagonistas de suas escolhas, e, assim, construirão novas exigências que os coloquem em situações em que são obrigados a escolher entre ofertas alternativas e incitados a maximizar seus próprios interesses.

Identificamos a insatisfação dos/das jovens com o componente curricular PV, a partir das narrativas de estudantes em escolas de João Pessoa – PB, quando questionados sobre a necessidade do componente curricular PV. Vejamos o Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2** – Perspectivas de estudantes do Ensino Médio sobre o componente curricular Projeto de Vida

Pedro, 3º ano	Eu acredito que foi meio repetitivo, porque a gente passou o ano inteiro falando sobre as mesmas coisas era todo dia falar sobre nossos sonhos e é um negócio muito, não é um negócio fixo, não é algo fixo, é algo muito variado <b>que inclusive o meu próprio objeto de vida mudou umas 3 vezes durante o ano.</b> E ficava batendo na mesma tecla o tempo inteiro sobre sonhos, metas, sonhos, metas. E eu não... como é que eu posso dizer? Não agrega muito na minha vida a matéria, a disciplina, o projeto de vida. Inclusive, os próprios professores que passavam a matéria de projeto de vida, não sabiam exatamente o que passar, porque nem todo mundo tem o projeto de vida e tem que passar isso pra alguém, principalmente para os alunos do ensino médio, que são todos adolescentes, estão começando a vida adulta agora.
Luana, 2º ano	Eu não desgosto, nem gosto do projeto de vida, porque ao mesmo tempo que <b>eu acho uma disciplina muito aleatória.</b> Eu também <b>gosto de falar sobre os meus planos do futuro, que eu pretendo fazer como eu pretendo fazer, mas daria pra fazer isso em outra disciplina.</b> Então eu fico sempre meio termo. Só que assim é... no negócio em si, projeto de vida eu acho que eu gosto, <b>gostaria mais se fosse aquele momento de debate entre causas sociais simples, que a gente pode debater e tals,</b> não especificamente sobre o nosso futuro, porque fica um pouco monótono aquilo.
Maria, 3º ano	Eu acho interessante, mas eu acho que não faz muito sentido agora. Porque a gente passa o primeiro e o segundo ano aprendendo sobre projetar nossa vida, fazer planos para o nosso futuro, estabelecer metas e sair cumprindo, só que <b>nossa mente muda.</b> Nós humanos mudamos toda vez. <b>Todo dia a gente acorda uma pessoa diferente.</b> Então, não faz sentido a gente passar dois anos planejando isso e batendo na mesma tecla se no terceiro ano a gente chegar e mudar de ideia e a gente só precisa perder a aula. Aulas que a gente podia ter importante.
Carlos, 1º ano	Eu acho que com relação as aulas de projeto de vida que era pra ser mais equilibrada. <b>Acho que existem aulas demais, por exemplo, de matemática, português, de projeto de vida e menos de outras matérias como história ou física ou ciências.</b>

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Alguns elementos se destacam na narrativa dos/das jovens entrevistados: o foco nos sonhos e a constante repetição; a ausência de debates sobre temas sociais; a quantidade de aulas de PV; a diminuição de aulas de outros componentes curriculares e, por fim, um elemento que perpassou boa parte das respostas: a constante mudança de planos, de sonhos nessa fase da juventude.

Contudo, é inegável que existem outras proposituras e argumentos para se pensar essa temática. Oliveira (2020), por exemplo, aponta para a ideia de compreendermos o argumento de “atender aos projetos de vida dos jovens”, que esta afirmação pode conter forças

conservadoras, que a proposição da Reforma do Ensino Médio pode ser excludente e reforçar as desigualdades sociais que perpassam a história do nosso país, uma vez que impossibilita os/as jovens de periferia a concorrer de igual para igual com os/as jovens da elite, a inserção no ensino superior, isso devido à redução e carga horária dos componentes curriculares de base e, conseqüentemente, a inclusão de componentes como eletivas e de PV no currículo das escolas.

No mais, é importante refletirmos a respeito da inserção do componente curricular PV nas escolas como uma possibilidade de abertura para um campo lucrativo do setor privado, pois, de acordo com Silva e Carvalho (2020), a maioria das secretarias estaduais de educação do nosso país já têm recebido parcerias público-privadas para o desenvolvimento da temática PV nas escolas. Jakimiu (2022, p. 17), ao analisar materiais midiáticos sobre o tema PV, constata o “[...] fértil campo que se abre para os interesses do mercado, já que há um expressivo número de matérias veiculadas advindas de instituições privadas”. Portanto, isso requer uma atenção maior do campo científico para o contínuo debate e investigações sobre a temática, assim como a vigilância dos profissionais de educação quanto ao seu espaço de atuação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, ao abordar Projeto de Vida como componente curricular dentro da política educacional da Reforma do Ensino Médio, evidenciamos que se faz necessário refletir criticamente a materialização dessa política no contexto das escolas brasileiras. Ao considerar que há tempos essa etapa da educação básica tem se apresentado de forma ambígua e distante das reais necessidades dos/das jovens que estão inseridos em diferentes contextos (econômicos, demográficos, étnicos, de gênero etc.), é importante questionarmos para quais juventudes nossas políticas educacionais estão sendo direcionadas e produzidas.

Consideramos que há uma rede de poder e de estruturas discursivas que se desenrola diante da articulação da política do NEM, uma vez que as alterações promovidas pela Reforma do Ensino Médio se dão em uma estrutura de disputas pelo poder e o avanço de medidas neoliberais. Nesse sentido, como aponta Foucault (1986), o discurso não é um elemento neutro, transparente, sob o qual a política se pacifica; pelo contrário, o discurso configura-se como um elemento que exerce um dos mais temíveis poderes.

Os efeitos desse discurso neoliberal, do empreendedor de si, no componente curricular PV a partir da Reforma do Ensino Médio são multifacetados. Eles incluem a promoção

de autonomia, que traz a perspectiva da resiliência e da autogestão e da responsabilidade pessoal; o preparo para o mercado de trabalho com o discurso da inovação, a adaptabilidade e a eficiência; a produtividade; a pressão para o sucesso individual e que o fracasso é resultado de uma falta de esforço pessoal; e a ampliação das desigualdades sociais, afinal não é levado em consideração que os/as estudantes de contextos socioeconômicos desfavorecidos vão encontrar mais dificuldades em seu processo formativo diante do seu contexto social e econômico. Vale ressaltar que esses discursos não se materializam só na Lei nº 13.415/2017, mas também estão alinhados aos desdobramentos da BNCC.

Portanto, levam-nos a refletir sobre as problemáticas, tais como a diminuição de carga horária dos componentes curriculares e formação geral, a falta de formação diante dos rearranjos promovidos pela política, bem como sobre a influência da racionalidade neoliberal no campo educacional, que se dá a partir da cultura individualista e de empreendedorização da vida (Dardot; Laval, 2016). Essa cultura se espalha não só entre os/as estudantes, mas até mesmo entre os docentes, que devem empregar esforços para serem mais eficazes, inteiramente envolvidos no trabalho, aperfeiçoados por uma aprendizagem contínua, além de aceitarem a flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado.

Do ponto de vista dos/das jovens, observamos, a partir das narrativas, uma possível falta de clareza e de organização do componente curricular PV, motivo de insatisfação para os/as estudantes, que não compreendem a necessidade da diminuição de carga horária dos demais componentes curriculares da Formação Geral Básica, chamada por eles de “Base”, para incluir o PV com a perspectiva de abordar um único tema – sonhos – durante os três anos do Ensino Médio.

Desse modo, os efeitos do discurso neoliberal no componente curricular PV a partir da Reforma do Ensino Médio apresentam-se como forma de produzir e preparar capital humano e indivíduos empreendedores para a ordem econômica do mercado, abordando as competências requeridas pela concorrência globalizada e os novos valores, atitudes, comportamentos que devem ter como parâmetro a sociabilidade gestonária, gerencial do mundo empresarial e dos homens e mulheres de negócios.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna. *Journal of Education Policy*, London, v. 9, n. 2, p. 1- 29, 1994. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/240526711\\_Some\\_reflections\\_on\\_policy\\_theory\\_a\\_brief\\_response\\_to\\_Hatcher\\_and\\_Troyna](https://www.researchgate.net/publication/240526711_Some_reflections_on_policy_theory_a_brief_response_to_Hatcher_and_Troyna). Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be#:~:text=ALTERA%20AS%20LEIS%20N%C2%BAS%209.394,LEIS%20DO%20TRABALHO%20%2D%20CLT%2C%20APROVADA>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 153, n. 184-A, p. 1, 23 set. 2016. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=746&ano=2016&ato=762ITUE1EeZpWT31a>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018. Disponível em: [https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2024/06/PBE\\_Wendy-Brown\\_Cidadania-sacrificial\\_Zazie-Edicoes\\_2018.pdf](https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2024/06/PBE_Wendy-Brown_Cidadania-sacrificial_Zazie-Edicoes_2018.pdf). Acesso em: 25 out. 2024.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira; RODRIGUES, Raphaela Barbosa de Farias. Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS*, 14., 2019, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2019. p. 4261-4274. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3237/3102>. Acesso em: 25 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. DOI: 10.1590/S0103-49792018000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd63D47tnb9ncmJLy/>. Acesso em: 25 out. 2024.

FALCÃO, Nádia Maciel; CALDAS, Rafaela Silva Marinho; BARROS, Ellen Belmonte. Juventude e Projeto de Vida na Reforma do Ensino Médio: análise da política pública e perspectivas das pesquisas na área da Educação. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 30, p. e14360, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14360>. Acesso em: 25 out. 2024.

FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Olívia Lacerda. O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo Ensino Médio. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 101, p. 1176-1196, out./dez. 2018. DOI: 10.1590/S0104-40362018002601295. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/tPGH7pYhJz8FGn9ZCNzKsCq>. Acesso em: 25 out. 2024.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. DOI: 10.1590/S0100-



15742001000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t>. Acesso em: 25 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Polemics, Politics and Problematizations. In: RABINOW, Paul (ed.). **The Foucault Reader**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1986.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Dos PCNs à BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, [s. l.], n. 30, p. 419–439, 2017. DOI: 10.12957/geouerj.2017.23781. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>. Acesso em: 25 out. 2024.

ICE. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Um novo jeito de ver, sentir e cuidar dos estudantes brasileiros**. Recife: ICE, 2017.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Projeto de Vida no currículo do ensino médio: a educação a serviço da Pedagogia do Mercado. **Revista Cocar**, [s. l.], v. 17, n. 35, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5040>. Acesso em: 25 out. 2024.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LINO, Lucília Augusta. As ameaças da reforma Desqualificação e exclusão. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/756/pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da escola**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 59-75, 2019. DOI: 10.22420/rde.v13i25.963. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963/pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; SILVA, Marlon Silveira da. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 35, p. e55/1–23, 2022. DOI: 10.5902/1984686X71377. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71377/50621>. Acesso em: 25 out. 2024.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4sk7vev3>. Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. **Pra agora e pro futuro**: Desafios da escolarização e projetos de jovens do Ensino Médio com percursos acadêmicos acidentados. 2020. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2020. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16227/TESE%20VIVIANE\\_FINAL-%20CORRIGIDO-convertido.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16227/TESE%20VIVIANE_FINAL-%20CORRIGIDO-convertido.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 out. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Diretrizes operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs**

**Integrais Socioeducativas.** João Pessoa: SEECT, 2023. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/DiretrizesOPEscolas.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

PARAÍBA. **Diretrizes operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas.** João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, 2024.

RODRIGUES, Adriège Matias; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. “Promover o discurso do empreendedor de si”: sentidos e significados atribuídos pelos professores ao componente curricular Projeto de Vida. **Revista Ponto de Vista**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1-21, 2024. DOI: 10.47328/rpv.v13i2.16628. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16628>. Acesso em: 25 out. 2024.

SCOTTA, Larissa. O estudante protagonista e responsabilizado do novo ensino médio: uma análise sob as lentes da governamentalidade. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [s. l.], v. 26, n. 52, p. 350-372, dez. 2022. DOI: 10.26694/rles.v26i52.3145. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3145/3395>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, Marco Antonio Morgado; DANZA, Hanna Cebel. Projeto de vida e identidade: Articulações e implicações para a educação. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 38, p. 1-21, 2022. DOI: 10.1590/0102-469835845. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YHwg8Fxlkwcb7gGSc7QQKkg>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, Andréa Carla Castro e. **Efeitos do discurso neoliberal na educação: o projeto de vida como dispositivo pedagógico de formação do sujeito-empresa.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/49622/1/TESE%20Andr%c3%a9a%20Carla%20Castro%20e%20Silva.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, Klever Corrente; CARVALHO, Olgamir Francisco. Mapeamento das iniciativas de trabalho com Projeto de Vida e a pertinência da Educação para a Carreira. **Revista Com Censo**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 68-80, maio 2020. Disponível em: [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45526/1/ARTIGO\\_MapeamentoIniciativasTrabalho.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45526/1/ARTIGO_MapeamentoIniciativasTrabalho.pdf). Acesso em: 25 out. 2024.

**Recebido em:** Julho/2024.

**Aprovado em:** Setembro/2024.